

O mito paraupava na toponímia

The paraupava's myth in toponimic

KARYLLEILA DOS SANTOS ANDRADE*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

CARLA BASTIANI*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

RESUMO

Segundo os registros deixados pelos bandeirantes, o nome Paraupava surgiu na Ilha do Bananal. Durante o período das chuvas, a Ilha fica dois terços submersa, formando uma grande lagoa, identificada no século XVI como Lagoa Paraupava. E ao rio que nascia e se dirigia à foz do Amazonas deram-lhe o nome de Paraupava, que pode ser verificado na cartografia da época que representava a lagoa e o rio. Para analisar o Mito Paraupava, Lagoa Paraupava e Rio Paraupava, é necessário realizar um estudo sobre a geografia das bandeiras paulistas: de onde partiam, quais os caminhos percorridos, objetivos e interesses, pois foi a partir dos conhecimentos obtidos com as penetrações aos sertões que se tornou possível aos bandeirantes

*Sobre as autoras ver página 89.

paulistas escoimar o grande mito indígena da Lagoa Paraupava e identificar o Rio Paraupava, primeira denominação do atual Rio Araguaia, por conseguinte dar subsídio aos cosmógrafos portugueses para a realização de suas cartas geográficas científicas do interior do continente da América portuguesa

PALAVRAS-CHAVE: Mito Paraupava. Etnolinguística. Rio Araguaia.

ABSTRACT

According to the registers left by the first explores, the name Paraupava came true in the Bananal Island. During the rainy season, the island stays submersed under two thirds of water, forming a large pond, identified on the XVI like the Paraupava lake. And the river that rised from it and foward the Amazonas river was given the name of Paraupava, which can be verified in the cartographic of that epoch which represented the lake and the river. To analyze the Paraupava river, the Paraupava lake, it is necessary to do a study about the geography of the flags from São Paulo: from where they left, which paths they reached, goals and interests, because it was because of it we obtained knowledge with their expeditions through the country that became possible to these explores to perpetrate the indian 's myth Paraupava 's Lake and identify the Paraupava 's River, first denomination of the nowadays Araguaia River, as a consequence to conditions the Portuguese cosmographers do create their scientific geographic letters from the interior of the country to the Portuguese America.

KEYWORDS: *Paraupava 's myth. Etnolinguistics. Araguaia river.*

1 Introdução

Qualquer estudo de toponímia brasileira, ainda que em perspectivas diversas e sob distintas orientações ou critérios de análise – histórico, ambiental, etnolinguístico ou psicossociológico –, por exemplo, sempre envolve alguma referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e lacustres e a conquista espiritual dos lugares. Os primeiros permitiram o reconhecimento, e os segundos garantiram a continuidade da presença dos alógenos pela

implantação de novos credos e de outra cosmovisão. Na prática, são duas configurações, distintas por suas características físicas e emotivas, que acabam se cruzando em um eixo de influências e conseqüências polivalentes.

Dick (2002) afirma que o sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, quer na distribuição quantitativa, quer em extensão, quer em volume. Qualquer que seja, portanto, a origem linguística de seus topônimos, eles carregam em si a mística das águas, maior que o tempo, e a memória de épocas denominativas, revelando estágios de nomeação característicos. Deixam esses nomes de ser apenas signos arbitrários da língua para se tornarem ícones de uma memória vivenciada, porque subjacente em si estão a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere.

Se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como “signos operacionais”, é por meio dos “nomes” que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de “cristalizar” conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que reflete percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Apoiando-se em leituras de documentos de diversas épocas e em pesquisas de campo, a Onomástica, ciência da linguagem que se fundamenta na lexicologia, vem contribuindo com os estudos etnolinguísticos da realidade brasileira, pela investigação antroponímica e toponímica em que se estrutura o léxico regional.

A toponímia tocantinense não pode ser discutida sem levar em consideração as duas grandes bacias hidrográficas: a do Rio Araguaia e a do Rio Tocantins. Às margens do Rio Araguaia, temos os municípios de Caseara, Araguacema, Couto de Magalhães, Pau D'Arco, Araguanã, Xambioá, Araguatins e Esperatinina; às margens do Rio Tocantins, os municípios de São Salvador do Tocantins, Peixe, Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional, Lajeado, Tocantínea, Pedro Afonso, Tupirama,

Bom Jesus do Tocantins, Tupiratins, Itapiratins, Palmeirante, Barra do Ouro, Filadelfia, Babaçulândia, Palmeiras do Tocantins, Arguianópolis, Tocantinópolis, Itaguatins, São Miguel do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito e São Sebastião do Tocantins.

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e refrata de perto a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo. Os Rios Araguaia e Tocantins sugerem, na formação dos topônimos tocantinenses, a intencionalidade do denominador, de modo objetivo, de eleger topônimos motivados pelos rios.

2 A Vila de São Paulo de Piratininga

Martim Afonso, em companhia de João Ramalho, sobe a serra e percorre os campos do planalto. No alto de uma colina, junto ao Rio Piratininga, resolve fundar uma povoação, a Vila de Piratininga, na qual é fixada parte da gente que trouxera na armada. Ao fundar a Vila de Piratininga, subordinada à Capitania de São Vicente, o objetivo de Martim Afonso de Souza foi fundar um núcleo, uma base, para penetração no grande sertão com gente experimentada, a salvo, portanto, de improvisações que levariam a frustrações e desastres.

Entre as atribuições que foram delegadas a Martim Afonso de Souza pelo rei D. João III, estava a de explorar o interior. No planalto, Martim Afonso verificou que João Ramalho e seu sogro *Tibiriçá* já eram experientes sertanistas, conhecedores das terras circundantes, das florestas, dos rios e das tribos indígenas.

[...] Ali no planalto, ele tinha uma visão realista do problema, e a maneira de resolvê-lo: utilizar a experiência sertanista de João Ramalho e a grande ascendência moral que este possuía sobre a tribo de sua mulher Bartira, através de seu sogro Tibiriçá (FERREIRA, 1977, p. 19).

Dessa maneira, Martim Afonso de Sousa resolveu fundar no

planalto uma vila que fosse uma verdadeira Escola de Sertanismo para o devassamento, o reconhecimento e a exploração do grande sertão interior.

Com o passar dos anos, os moradores da Vila de Piratininga começaram a se dispersar. Alguns vão para São Vicente, outros se localizam a cerca de duas léguas distantes, onde fundam uma nova vila. Em 1550, chega a essa nova vila o jesuíta padre Leonardo Nunes e funda uma igreja sob a invocação de Santo André, nome que a vila passa a ter. Em 1553, o governador geral do Estado do Brasil, Tomé de Sousa, estando em São Vicente, sobe o planalto. Chegando à Vila de Santo André, instala a sua Câmara Municipal presidindo-lhe as eleições. Segundo Ferreira (1977), à Câmara Municipal cabia o desenvolvimento material e o crescimento econômico da cidade.

Cerca de três meses após a fundação da Câmara Municipal da Vila de Santo André, chega a São Vicente o provincial da Companhia de Jesus no Estado do Brasil, padre Manoel da Nóbrega. Esse padre pretendia instalar um colégio no planalto e escolhe para o local do colégio exatamente a colina onde vinte e um anos antes Martim Afonso de Sousa fundara a Vila de Piratininga.

Ao fundar o Colégio da Companhia na antiga Vila de Piratininga, o padre Manoel da Nóbrega já o fizera de acordo com o governador geral Tomé de Sousa, visando ao retorno dos moradores de Santo André à sua antiga vila, pois era ali a porta e o caminho mais seguro para chegar ao grande sertão: aos jesuítas para catequizar as tribos e aos portugueses moradores para as suas grandes penetrações sertanistas.

Logo após a fundação do colégio, em 1554, teve início a reconstrução da vila, que agora retorna com o nome de São Paulo de Piratininga. Após seis anos, em 1560, Mem de Sá, novo governador geral do Estado do Brasil, determinou a mudança da Câmara Municipal de Santo André para a nova vila.

A Vila de São Paulo de Piratininga no fim do século quinhentista padecia de uma extrema pobreza. Localizada no planalto, era praticamente isolada das demais e a comunicação com São Vicente e Santos era extremamente dificultada em razão da distância e do percurso,

que se resumia em baixada, serra e planalto. A via de comunicação era um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico da Vila de São Paulo de Piratininga. Porém, outro grave problema freava o seu desenvolvimento: a carência do solo do planalto não permitia o desenvolvimento de uma agricultura em larga escala.

3 A nobreza na Vila de São Paulo de Piratininga

A nobreza da Vila de São Paulo, como a que se estendia por todo o Império Português, era considerada uma classe político-social superior, legítimo prolongamento do poder real, e muitos dos primeiros moradores do planalto piratiningano eram da nobreza fidalga de Portugal.

De acordo com a lei, na nobreza, perdia o título de nobre aquele que exercesse “ofícios mecânicos” (trabalho assalariado). Esses trabalhos apenas deveriam ser executados pela plebe. O nobre deveria ser capaz de manter esse título sem que fosse necessário exercer tais ofícios.

A própria condição de nobreza de um extrato superior da sociedade levou os nobres de São Paulo a procurar ouro, prata, demais metais e índios nos sertões, já que a vila não oferecia condições para que a nobreza se mantivesse com as mesmas regalias que a alimentavam em Portugal Metropolitano.

Dessa maneira, os nobres, temendo ficar cada vez mais pobres e que a Vila de São Paulo se tornasse um uniforme aglomerado de oficiais mecânicos, partiam para os sertões em busca do cabedal que lhes permitisse manter sua posição econômica e sua situação político-social.

4 As bandeiras paulistas

Para ir aos sertões, os homens organizavam-se em bandeiras. Segundo Ferreira (1977), a bandeira era uma organização militar de segunda linha, a qual recebia também o nome de “companhia”. Cada companhia era composta de um capitão, que a comandava, um alferes porta-bandeira, um sargento, um meirinho, um escrivão, além dos cabos de esquadra.

[...] Organizando-se em Bandeiras os homens submetiam-se a uma disciplina militar, necessária à ordem no sertão. Por outro lado, submetiam-se a exercícios militares que lhes forneciam a necessária estratégia nos combates com as tribos indígenas (p. 25).

As bandeiras aos sertões eram sempre dirigidas por elementos da nobreza da Vila de São Paulo, que também dirigiam os destinos da vila. A grande massa de homens que formava as bandeiras era de elementos da plebe: oficiais mecânicos e índios.

A ideia no primeiro grande ciclo bandeirantista era o descobrimento de ouro, prata, outros metais e pedraria preciosa. Como esse objetivo não foi alcançado, o apresamento de índios tornava-se uma atividade secundária, que procurava compensar aquela frustração.

5 O mito Paraupava



Figura 1: Mapa de João Teixeira Albarnaz II, 1667 (FERREIRA, 1977, p. 169).

Os portugueses, com o passar dos anos, foram sendo informados pelos indígenas de que no interior do Brasil existia uma grande lagoa, na

qual se encerravam imensas riquezas, e de que os Rios chamados Prata e seu grande formador, o Paraguai, mais o São Francisco nasciam naquela famosa lagoa. Nela também se dizia nascer um grande rio que desembocava na foz do Amazonas, o qual não tinha nome. Logo, a partir dessas informações, os cosmógrafos passaram a desenhar no interior do continente uma grande lagoa e a ela ligaram as fozes dos Rios Prata, São Francisco e Amazonas.

Esse mapa representa a lagoa ligada à foz do Amazonas e à do Prata. O cartógrafo João Teixeira Albernaz II retorna à antiga concepção da Lagoa Paraupava.

6 A serra resplandecente – Sabarabuçu

O Mito da Lagoa Paraupava tinha como complementar o Mito da Serra de Ouro, denominada pelos indígenas “sol da terra”, *Sabarabuçu*. A notícia da Serra Resplandecente surge em 1550, em uma carta escrita por Felipe de Guillen, provedor da fazenda da Capitania de Porto Seguro, ao rei D. João III. Segundo Guillen, alguns índios que foram à Capitania de Porto Seguro informaram que viviam junto de um grande rio, o qual se encontrava próximo a uma serra, na qual diziam haver muito ouro, e, por isso, relatavam que a serra resplandecia muito.

A Serra Resplandecente também recebia as seguintes denominações: *Itaberaba-açu*, *Taberaboçu* e *Sabaraboçu*. Segundo as notícias indígenas, *Sabarabuçu* se encontrava junto de um grande rio, o qual passou a ser considerado, no sertão, como sendo o São Francisco. Desde que se acreditava que o Rio São Francisco nascia na célebre Lagoa Paraupava, *Sabarabuçu* e a afamada lagoa estavam associadas, próximas uma da outra, pois, se na Lagoa Paraupava nascia o Rio São Francisco, junto dele ficava a serra resplandecente, *Sabarabuçu*.

Nessas condições, quando uma bandeira se dirigia aos sertões à procura da Lagoa Paraupava, aproveitava a oportunidade para procurar *Sabarabuçu*, com o propósito de encontrar ouro, esmeraldas e outras pedras preciosas.

Segundo Sampaio (1987, p. 310), “**SABARABAÇU** – *ant.* **Tabará-boçú**, alteração de **Itaberaba-uçú**, significa pedra reluzente grande, ou cristal grande. Entende-se como serra resplandecente.” Conforme o autor tratava-se de um lugar lendário entre os colonos do primeiro século

da conquista. Esta serra resplandecente, que os indígenas em sua língua chamavam **Itaberabuçu**, transformada em **Taberabuçu** e mais geralmente em **Sabarabuçu**, vai ser, por todo o século seguinte, o alvo das mais arrojadas expedições sertanistas.

7 Difusão do mito Paraupava

A quantidade de informações a respeito da existência da lagoa era abundante: informações orais dos índios, livros, documentos, mapas. Todas as informações eram difundidas principalmente por cientistas, escritores e cosmógrafos, ou seja, indivíduos de alto nível cultural. Com o passar do tempo, a lagoa passou a ser uma realidade geográfica a respeito da qual ninguém lançava a mínima dúvida de que existisse. Por essa razão, muitos interessados começaram a sair em busca dela, organizados sob a forma de bandeiras, uma reação natural.

Grande parte das bandeiras, ao se dirigir aos sertões, saía da Vila de São Paulo, que oferecia maiores condições para incursões ao sertão. Era ali a porta e o caminho mais seguro para se chegar ao grande sertão. De acordo com Ferreira (1977), a Lagoa Paraupava recebeu diversas denominações em livros, documentos e mapas, mas todas, na verdade, com a mesma origem e significação.



Figura 2: Mapa de João Teixeira Albernaz II, 1667. (FERREIRA, 1977, p. 169)

- **Lagoa Paraupava:** denominação da língua tupi. Antigamente se escrevia também Paraupaba, Paraipava ou Paraupeba. Grafias diferentes com o mesmo significado. **Paraupava** pode ser decomposto em “para-u-pava”: “para-u” significa “água grande ou lagoa grande”; “pava” significa “baixa, chata, espreiada, rasa”.

- **Lagoa Vupabuçu:** denominação da língua tupi. Pode ser decomposto em “upaba-ucu” ou “i-peba-uçu” ou ainda “i-pava-uçu”, em que “i” significa “água”; “pava” significa “baixa, chata, espreiada, rasa”; e “uçu” significa “grande”. **Vupabuçu** tem o mesmo significado de **Paraupava**. Esse nome **Vupabuçu** é referenciado nas bandeiras baianas.

- **Lacus Eupana:** esse nome aparece nos mapas europeus. Surgiu pela primeira vez na cartografia portuguesa, com o mapa de Bartolomeu Velho em 1561. **Lacus Eupana** é uma forma latinizada de **Paraupava**. A palavra **Paraupava** é decomposta em “para-u-pava”: “para” foi traduzida com facilidade para “lacus”, e “upava”, por ter diversos significados, não encontrou uma tradução correta, tendo sido conservada “upava”, que se deu “eupana” por alteração.

- **Lago Xaraies:** essa denominação é creditada aos índios Xaraies, que habitavam nas proximidades da lagoa. É uma denominação que teve sua origem na América Espanhola, não aparecendo, portanto, na cartografia portuguesa, e sim na espanhola e holandesa.

- **Lago Dourado:** nome de origem espanhola com a grafia “dorado”. Na cartografia e documentos portugueses, aparece com o nome “doirado” ou “dourado”.

- **Lagoa do Ouro:** aparece apenas uma vez em um documento relativo à Capitania de São Vicente, em 1574.

- **Lagoa Grande, ou Alagoa Grande:** como a chamou Gabriel Soares de Sousa em seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”,

é uma simples tradução das palavras de origem tupi **Vupabuçu** e **Paraupava**.

- **Laguna del Paytiti**: denominação exclusivamente castelhana, nunca tendo sido usada no Brasil ou em Portugal.

Conforme Antunes e Carvalhinhos (2008), a toponímia colonial brasileira apresenta algumas camadas linguísticas. Não nos referimos aos estratos que formam a nossa toponímia, tomamos o termo “camada” no sentido de sobreposição. A camada original, indígena, só foi apreendida pelo não índio num segundo momento do contato, pois o primeiro impacto gerou nomes exclusivamente portugueses, como se a terra fosse um grande vazio onomástico.

8 Análise dos topônimos, segundo Sampaio (1987)

Greimas; Courtés (1983) definem o topônimo como elemento de ancoragem histórica e configurador do efeito de realidade. Carvalhinhos (2009), se apropriando desse conceito, acrescenta que “o nome de lugar é uma representação individualizadora do espaço utilizada pelo homem (desde tempos imemoriais) a fim de identificar, particularizar e referencializar elementos espaciais”.

A seguir, a descrição dos topônimos na perspectiva de Sampaio (1987).

- **PARÁ** – o mesmo que **mbará** ou **Mará**, s., o mar. Segundo Batista Caetano, compõe-se de **y-pá-rá** e significa colecionador das águas. No tupi – **Pará**- é um rio volumoso, o caudal.
- **PEBA** – adj. Plano, baixo, chato, rasteiro, inferior. L. alt. Pé, Péua, Peva.
- **VUPABUSSÚ** – corr. **Ypab - uçú**, a lagoa grande, dos antigos roteiros do sertão. *Alt.* **Upabuçu**, **Vupabuçu**.

Para Dick (2002/2003) o estudo da toponímia, como o concebemos, representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código linguístico, principalmente quando procuramos parâmetros para uma abordagem contrastiva. Afirma ainda que “homens diferentes, em diferentes espaços ou em diferentes épocas, recebem da paisagem estímulos que podem recobrir os mesmos traços de motivação geradores de respostas linguísticas aproximadas” (DICK 2002/2003, p. 181).

9 Os caminhos do Paraupava

Segundo fontes documentais, a denominação Paraupava é pelo fato de o rio na época da estiagem minguar, ficando somente algumas poças, daí lhe nomear Paraupava, que quer dizer “mar cortado”.

Na visão dos portugueses do século XVI, existiam três caminhos para encontrar a lagoa: Rio da Prata, Rio São Francisco e o Rio Paraupava. Navegar por qualquer dos rios acima significava chegar aos seus nascedouros, que consistia na Lagoa Paraupava, já que havia uma crença de que todos eles nasciam de suas águas.

Ferreira (1977, p. 45) assinala que o primeiro rio escolhido foi o que provinha da Lagoa e desembocava na foz do Amazonas, rio que passou a ser denominado “Rio Paraupava”. Na foz do Amazonas, não existia estabelecimento algum de portugueses. Assim, não havia uma base para penetração rio acima até chegar à lagoa. Tornava-se, pois, impossível a penetração por este rio.

O segundo rio cogitado foi o Paraguai, que, segundo os índios, também chegava à lagoa. Contudo, esse rio apresentava questões políticas difíceis: coincidia com o Meridiano de Tordesilhas, demarcação entre as terras da Coroa de Portugal e Espanha. Além do mais, entre 1580 e 1640, quem mantinha o domínio sobre Portugal era a dinastia dos Felipes da Espanha, no período denominado União Ibérica. Dessa maneira, não seria muito diplomático criar problemas entre as duas nacionalidades. De 1580 a 1640, o Rio Paraguai, por suas implicações político-diplomáticas, não era a via a ser perseguida pelos portugueses para chegar à Lagoa Paraupava.

O terceiro rio a ser considerado foi o São Francisco. Esse apresentava todas as condições ideais para ser percorrido até chegar à Lagoa. Primeiramente, porque seu curso se achava inteiramente dentro do Brasil. Segundo, porque a costa achava-se povoada. Eram as Capitanias do Norte (hoje Nordeste): principalmente a da Bahia e a de Porto Seguro.

10 O ciclo do Paraupava

O “ciclo Paraupava”, ciclo das bandeiras ao sertão do Rio Paraupava, durou de 1590 a 1618. De acordo com Ferreira (1960, p. 315), o topônimo Paraupava aparece pela primeira vez em um documento

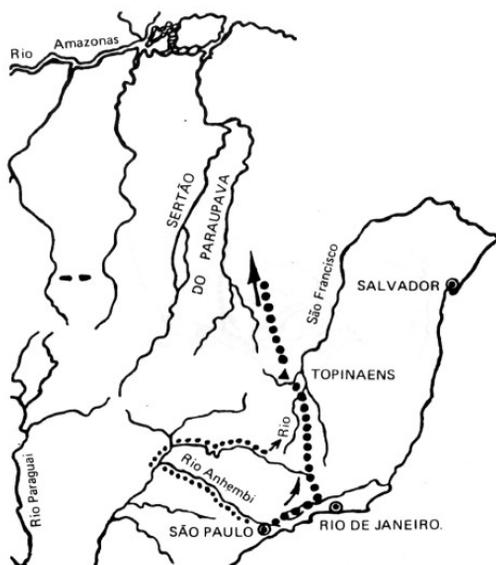


Figura 3: Bandeira de Domingos Rodrigues 1596-1600
(FERREIRA, 1977, p. 92)

referente à Bandeira de Domingos Luis Grou e Antônio Macedo ao sertão Paraupava (1590-1593). Nos documentos, no entanto, não é possível identificar se se referiam à lagoa, ao rio ou ao sertão.

Em um inventário de 22 de fevereiro de 1615 da Bandeira de André Fernandes (1613-1615), verifica-se também o topônimo Paraupava. Em outro documento escrito pelo padre Araújo, em que Pero Domingues, escrivão dessa Bandeira, presta-lhe informações sobre os acontecimentos, é relatada também a existência da lagoa.

O mapa seguinte mostra o circuito completo da Bandeira de André Fernandes: desceu o Anhembi e subiu o Aguapeí. Em certo ponto desse rio, o abandonou e desceu o São Francisco, subiu o Paracatu e ganhou as cabeceiras do Paranatinga. Ou, deixando o Rio Aguapeí, foi por terra diretamente ao Rio Paranatinga, afluente do Iabeberi (FERREIRA, 1977, p. 256).

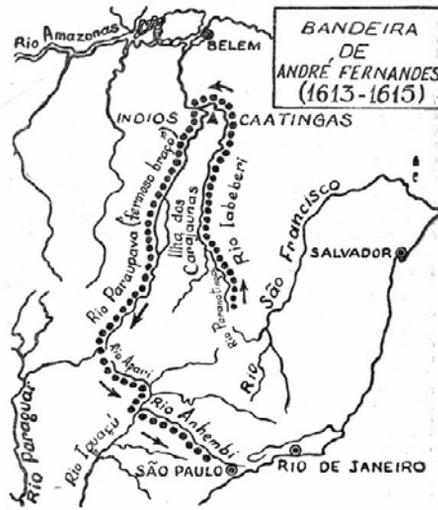


Figura 4: Bandeira de André Fernandes 1613-1615
(FERREIRA, 1977, p. 92)

Disse o padre Antonio de Araújo que, saindo de São Paulo, depois de andar por diversos sertões, a Bandeira de André Fernandes chegou às nascentes do Rio Iabeberi. Desceram esse rio e foram desembocar em um “fermoso braço” do grande e afamado Pará. O padre Araújo denomina o Rio Paraupava de “fermoso braço” em virtude da política de sigilo sobre os achados portugueses durante a União Ibérica (FERREIRA, 1977, p. 236).

O padre Araújo informa nesse documento que, em certo local do “fermoso braço”, isto é, do Rio Paraupava, havia uma grande ilha, medindo trinta léguas de comprimento e seis de largura. Afirmava que essa era a ilha dos índios Carajaúnas.

Comparando-se os dois documentos: o inventário de 22 de fevereiro de 1615, no Rio Paraupava, pertencente à Bandeira de André Fernandes, e a descrição desse rio feita pelo padre Araújo, é possível identificar a Lagoa Paraupava dos bandeirantes paulistas como sendo a atual Ilha do Bananal. Desde que o “fermoso braço” ou o que era o mesmo, o “Rio Paraupava” era o formador da grande Lagoa Paraupava e se encaminhava em direção à foz do Amazonas, é possível também deduzir que Rio Paraupava é o primeiro topônimo do atual Rio Araguaia, embora se saiba que a Ilha do Bananal não meça trinta léguas, e sim aproximadamente 350 km de comprimento, e sua largura não seja somente seis léguas, mas aproximadamente 80 km. Evidentemente, os sertanistas daquela época não tinham meios de fazer a medição com precisão.

De acordo com Ferreira (1960, p. 316), em meados do século XVII, o nome Paraupava, assim conhecido pelos sertanistas de São Paulo, passou a ser Araguaia pelos sertanistas, missionários e jesuítas do Pará, nome que conserva até hoje. A denominação Paraupava, antes da metade do século XVII, passou a ser esquecida, mas permaneceu nos arquivos das bandeiras. Nas notícias populares, onde aparecia o nome Paraupava, ele foi mantido, ou substituído pelo novo nome, Araguaia. Pequenas modificações introduzidas nessas notícias foram suficientes para, posteriormente, considerar os rios Paraupava e Araguaia como constituindo cursos d’água distintos.

11 Ilha do Bananal

A Ilha do Bananal, na época das cheias, apresenta-se alagadiça e cheia de lagoas, chegando a ficar com dois terços completamente alagados, tornando-se um imenso lago.

Pelas características do “braço direito” do Rio Araguaia, em conjunto com as características da ilha, os sertanistas de São Paulo foram

(braço menor, a Leste), estende-se por 320 km, com uma largura máxima de 55 km. O seu braço principal, o Rio Araguaia, forma a fronteira entre os estados de Mato Grosso e Tocantins, e o braço menor, o Rio Javaés, é navegável por pequenas embarcações. Um terço da área corresponde ao Parque Nacional do Araguaia, fundado em 1959, e o restante cabe à reserva indígena, onde vivem os índios Javaé e Karajá.

A ilha é pontilhada de lagos e coberta por densa mata, com árvores de até trinta metros de altura. Na estação chuvosa (setembro a março), dois terços de sua área ficam inundados, aproximadamente 80% do território, formando belíssimos pantanais, transponíveis apenas por embarcações.

12 Considerações finais

Os sertanistas de São Paulo foram os primeiros geógrafos do interior do Brasil. Ao explorar o vasto sertão, suprimiram o mito indígena da Lagoa Paraupava, mito que estabelecia as nascentes dos três grandes rios: Prata, São Francisco e Paraupava, além de estabelecer as diretrizes gerais de seus cursos.

À luz do conhecimento de uma geografia científica no interior do Brasil, escoimados do seu elemento mítico, a Lagoa Paraupava, os bandeirantes do ciclo Paraupava puderam transmitir seus conhecimentos aos cartógrafos de Portugal, os quais passaram a elaborar suas cartas geográficas do interior da Província de Santa Cruz, registrando os três grandes rios, dos quais um passou a ser registrado com o nome bandeirante: Rio Paraupava. Pelos documentos e mapas, esse curso d'água foi identificado como sendo o Rio Araguaia, mais precisamente o “furo” desse rio, formador da Ilha do Bananal, o Rio Javaés.

O Rio Araguaia é um rio brasileiro que nasce no estado de Goiás na Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas. Esse rio faz a divisa natural entre os estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins, Maranhão e Pará (em um pequeno ponto considerado inexpressivo) e Pará e Tocantins. Tem uma extensão de mais de 2.000 km e é considerado um dos mais piscosos do mundo.

Este rio forma, juntamente com o Rio Javaés, um “furo”, a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, identificada no século XVI pelos bandeirantes paulistas como sendo a célebre Lagoa Paraupava. Na ponta sul, o verdadeiro curso do Rio Araguaia toma a direção da esquerda e recebe o nome de Rio das Mortes. O Rio Javaés, braço direito do Rio Araguaia, era denominado pelos bandeirantes paulistas de “braço menor” ou mesmo “braço direito”. Esse “furo” do Rio Araguaia, na época da estiagem, míngua, restando apenas alguns regatos. Torna-se um verdadeiro rio somente na estação chuvosa, quando aumenta de volume.

Em suma, os sertanistas de São Paulo do “ciclo Paraupava” foram os primeiros grandes geógrafos do Brasil, dando uma base científica às cartas geográficas do interior da América Portuguesa, desmistificando a Lagoa Paraupava e suprimindo-a de qualquer cogitação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. M.; CARVALHINHOS, P. de J. **Toponímia brasileira: origens históricas**. 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/12.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- DICK, M. V. de P. do A. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. **Cadernos do Cnlf**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 25-32, 2002.
- DICK, M. V. de P. do A. Aspectos de etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. **Revista Usp**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, dezembro/fevereiro 2002-2003.
- FERREIRA, M. R. **O mistério do ouro dos martírios**. São Paulo. Biblos, 1960.
- FERREIRA, M. R. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1983.
- SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

SEPLAN. **Mapas e atlas**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/index2.php?area=download&id_m=153>. Acesso em: maio de 2001.

Recebido em março de 2011.

Aceito em maio de 2011.

SOBRE AS AUTORAS

KARYLLEILA SANTOS ANDRADE é doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora adjunta do curso de Artes e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Toponímia. É líder do Grupo de Pesquisa Projeto do português falado: variante tocaninense (UFT/CNPq).
E-mail: karylleila@gmail.com

CARLA BASTIANI é discente do curso de Letras pela Universidade Federal do Tocantins e desenvolve iniciação científica no âmbito dos projetos: "O Mito Paraupava: Abordagem Etnolinguística e Etnotoponímica do Rio Araguaia entre os Séculos XVI e XVII" e "A Hodonímia do Rio Araguaia nos Séculos XVIII e XIX". Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - CNPq.
Email: carlinha_cb@hotmail.com